

BAR KOKHBA: AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E SEUS DESAFIOS
Bar Kokhba: The archaeological evidences and its challenges

Pedro Paulo Abreu Funari
Filipe Noe Silva

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



Bar Kokhba: as evidências arqueológicas e seus desafios

Pedro Paulo Abreu Funari¹

Filipe Noe Silva²

Resumo: Este artigo discute algumas das interpretações históricas que trataram da Revolta de Bar Kokhba, ocorrida entre 132-135 d.C, sob o governo do imperador Adriano. Em seguida, ao evidenciar os limites e imprecisões da documentação textual que versam sobre a Revolta Judaica, objetiva-se demonstrar a imprescindibilidade da cultura material para uma aproximação mais precisa do episódio.

Palavras-chave: Bar Kokhba; Revolta Judaica; Imperador Adriano.

Abstract: This paper discusses some of the historical interpretations on Bar Kokhba Revolt, occurred between AD 132-135, under the rule of Hadrian. Then, by pointing out the limits and inaccuracies of the textual documentation on the Jewish Revolt, we want to demonstrate the indispensability of the material culture for a more accurate approximation of the episode.

Keywords: Bar Kokhba; Jewish Revolt; Hadrian Emperor.

INTRODUÇÃO: PERCURSOS INICIAIS DA REVOLTA DE BAR KOKHBA

São muitos e variados os estudos que se debruçaram na tarefa de reconstituir as principais características históricas, os personagens e até mesmo os motivos que conduziram à Revolta de Bar Kokhba, ocorrida entre os anos de 132 e 135 d.C. Em linhas gerais, conforme já demonstrado por Isaac (2004, p.141), dois caminhos têm sido priorizados na historiografia contemporânea, apesar de essas perspectivas também aparecerem unidas em diversos ensaios. O primeiro, com base na assertiva³ contida na *Vita Hadriani* (S.H.A. *Hadr.* 14.02), argumenta que Adriano teria proibido a prática da mutilação genital entre os judeus, o que teria gerado uma reação sediciosa de grandes proporções. Herbert Benario (1980, p.98), autor de um comentário crítico sobre este mesmo documento, afirma que a (suposta) interdição proposta pelo imperador, “(...) a proibição da circuncisão, deve ser considerada, de fato, a principal motivação da guerra”⁴.

As restrições a essa interpretação, contudo, elucidam que a História Augusta, fonte histórica tardia e com problemas de datação e fidedignidade (MOMIGLIANO, 1954), ser considerada o único testemunho histórico a narrar esse episódio (ISAAC, 2004, p.148). Ademais, o excerto em questão

¹ Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Brasil. E-mail: ppfunari@uol.com.br

² Aluno do doutorado em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Brasil. E-mail: filipe.hadrian@gmail.com

³ (...) moverunt ea tempestate et Iudaei bellum, quod vetabantur mutilare genitalia (S.H.A. *Hadr.* 14.02)

⁴ “(...) the prohibition of circumcision should probably be considered, indeed, the main cause of the outbreak of war” (BENARIO, 1980, p.98).

tampouco versa em específico sobre os judeus circuncisos: ao contrário, em latim, o autor da *Vita Hadriani* fala sobre *mutilare genitalia* (S.H.A. *Hadr.* 14.02; ABUSCH, 2003; ISAAC, 2004). Abusch (2003, p.75-77), estudioso das leis romanas à época de Adriano, em ensaio dedicado a essa contenda, reitera que “*Os judeus nunca foram proibidos por um imperador romano de circuncidarem seus próprios filhos*”⁵, e considera a possibilidade de algumas interpretações (antigas, como é o caso da História Augusta, mas também modernas) terem confundido a restrição à castração de escravos (esta sim associada à ideia de mutilação genital), com a prática judaica da circuncisão.

O segundo percurso interpretativo apontado por Isaac (2004) deriva da narrativa contida nas *Historiae Romanae* de Díon Cássio (69.12-14) que associa a Revolta de Bar Kokhba à criação da *Colonia Aelia Capitolina* na província da Judeia. Com efeito, a prática de fundar colônias (*Coloniae civium Romanorum*) para abrigar seus veteranos seria comum entre os romanos desde o século IV a.C. e se estenderia até o principado de Adriano, coincidindo precisamente com a fundação da própria *Aelia Capitolina*: uma colônia militar não-judaica, vinculada aos *Aelii* e também associada ao culto a Júpiter Capitolino (ISAAC, 2003, p.151). Ao longo de seu governo (117-138 d.C) o imperador, em mais de uma ocasião, teria interferido diretamente sobre a Judeia, criando estradas (ISAAC, 2004, p.149-150) e também administrando as legiões romanas instaladas em Jerusalém desde os anos 70 d.C. (BOATWRIGHT, 2000, p.199).

Nas cunhagens (PORTO, 2007, p.230, prancha nº220) daquela região o imperador figura como o grande fundador da nova colônia, aquele que em pessoa teria riscado o chão e estabelecido o *pomerium* do novo domínio. No anverso da moeda de cobre cunhada na Judeia após 128 d.C (datável devido à legenda P[ater] P[atriae]) pode-se observar o busto do imperador laureado com as legendas dos títulos do *princeps*: IMP. CAES. TRAIANO HADRIANO AVG P.P.

No reverso há a representação de Adriano conduzindo um arado que é puxado por bovinos: no estudo de Mary Boatwright (2000, p.200), a interpretação corrente é de que o imperador estaria arando o terreno onde a *Colonia* seria fundada. A presença do *vexillum*, o estandarte militar romano (PORTO, 2007, p.262) ao fundo, ademais, indicaria a presença de veteranos instalados naquele território. As legendas do reverso, COL[onia] AEL[ia] KAPIT[olina] COND[ita], por sua vez, também aludem à fundação do domínio romano em Jerusalém (BOATWRIGHT, 2000. p.200).

⁵ “*Jews were never prohibited from circumcising their own sons by a Roman emperor*” (ABUSCH, 2003, p.91).



Figura 01: Cunhagem do Imperador Adriano na Judeia. **Fonte:** PORTO, Vagner Carvalheiro. *Imagens Monetárias na Judeia/Palestina sob dominação Romana*. 2007, p.230. Prancha nº 220.

Deve-se ressaltar que, embora a movimentação política e militar dos romanos na província da Judeia entre os séculos I e II d.C. esteja bem registrada e disponível às investigações modernas, a confirmação definitiva de que o estabelecimento da *Colonia Aelia Capitolina* foi o estopim da Revolta de Bar Kokhba permanece pendente e imprecisa até os dias atuais. Interpretações para além dos “motivos causadores”, e que ressaltam a pluralidade (social, étnica, cultural e de gênero) dos agentes sociais envolvidos na complexa experiência imperial Romana, com efeito, somente são possíveis mediante o cotejo entre a tradição textual antiga e a cultura material oriunda desse contexto.

BAR KOKHBA E A ARQUEOLOGIA

A tradição textual transmite-nos um nome, Bar Kokhba, e uma narrativa que tem dominado a percepção não somente da segunda revolta judaica, como do destino dos judeus e do judaísmo, e, num certo sentido, de toda a História posterior, tendo em vista os embates, que continuam até hoje, no Oriente Médio (GALIMBERTI, 2004). Como lembra Lapin (1993, p.123):

Quase tudo em relação com a revolta de “Bar Kokhba” está sujeito a discussões eruditas: suas causas, apoio popular, cronologia, extensão territorial, aspirações militares e êxito, motivações políticas, ideológicas e religiosas, e o que se seguiu a ela (LAPIN, 1993, p.123 - Tradução dos autores)⁶.

O próprio nome com o qual a rebelião ficou conhecida, Bar Kokhba (“Filho da Estrela”, em aramaico), mostra isso, pois os dados arqueológicos indicam outros nomes para o líder revolucionário: Shimon ben Kosiba (hebraico), Shimon Bar Kosiba (aramaico), ambas traduzidas como Simão, filho de

⁶ “Practically everything connected with the “Bar Kokhba” revolt is subject of scholarly disputes: its causes, popular support, chronology, geographical extent, military aspirations and achievement, political, ideological and religious motivations, and its aftermath”.

Kosiba, Nasi Israel ou Nasi al Israel (Príncipe de ou sobre Israel). Como lembra Mildener (1980, p.313-315), a lenda de Bar Kokhba, Filho da Estrela (GOODMAN, 2004, p.08), não encontra respaldo em material arqueológico, sem associação com a identificação messiânica da *communis opinio* (cfr. Num. 24, 17; “uma estrela procederá de Jacó”). Algumas evidências materiais são conhecidas há tempos, como as moedas, mas a maioria deriva das descobertas arqueológicas das últimas décadas. Esse caso demonstra a profundidade da observação, já antiga, de Geza Alföldy (1986, p.18) sobre não ser mais pensável a História Antiga sem a Arqueologia (<*in unserer Zeit Alte Geschichte ohne Archäologie nicht mehr denkbar ist*>). Além disso, indica, também, como a interpretação do passado depende sempre do presente, na medida em que o entendimento tanto das fontes antigas, como dos vestígios materiais têm variado. A Arqueologia contribui para aprofundar as interpretações, em particular ao contrastar as interpretações recebidas (*traditio recepta*) às contraditórias evidências diretas e materiais, como veremos.

As evidências materiais são diversas, a começar das conhecidas há mais tempo: as moedas. Através do estudo numismático (CARLAN & FUNARI, 2012) foram recolhidas e publicadas coleções de moedas imperiais romanas desde o século XIX e as cunhagens associadas à segunda revolta judaica já eram bem conhecidas em meados do século XX (MILDENBERG, 1948, p.9). Em seguida, em particular como resultado da criação do Estado de Israel, em 1948, as descobertas arqueológicas têm ocorrido com frequência, tanto em Jerusalém, como em outras partes, com destaque para as cavernas do deserto (Vide: Figura 02: Sítios arqueológicos associados à Segunda Revolta Judaica), cujos documentos em diferentes línguas são de particular relevância para o tema, além de estruturas arquitetônicas e artefatos. Essas informações materiais não se referem apenas ao período da Revolta (132-135 d.C.), mas a períodos anteriores e posteriores de ocupação, pelo que permitem entender melhor todo o contexto histórico.

Se formos seguir a sequência histórica, é importante voltar para o período anterior à Segunda Revolta. Martin Goodman (2004, p.12) ressalta uma histórica tolerância multicultural dos romanos em relação aos judeus e seus costumes. Uma mudança de atitude teria resultado da Primeira Revolta Judaica (66-70 d.C.), narrada por Flávio Josefo (37-100). Como ressalta o mesmo Goodman (2004, p.17), a cultura material atesta essa alteração política, pois pela primeira e única vez um arco do triunfo, neste caso o de Tito, representa a procissão triunfal, com o candelabro (*menorah*), e ainda quinze anos depois eram cunhadas moedas com a legenda *Judaea Capta*. Isto indica uma associação entre a dinastia Flávia (69-96 d.C.) e a contraposição aos judeus, considerados como opositores ao poder romano. Por outro lado, do ponto de vista de muitos judeus, a destruição do Templo, em Jerusalém, marcou um aprofundamento da divergência com o poder imperial (BAGATTI, 1962).

A ascensão de Trajano (imperador de 98 a 117 d.C.) foi marcada, segundo um *ostrakon* (*Corpus Papyrorum Judaicarum*, ii, 194), datado de 28 de junho de 98 d.C, logo no início do principado do imperador, com o estabelecimento de um imposto pelo *fiscus Judaicus*. Isso parece ter contribuído para a

revolta judaica no Egito em 115 d.C., seguida, conforme Avi-Yonah (1973), a partir de várias evidências arqueológicas, da transformação da Judeia em província consular, com o reforço das tropas na região. As evidências arqueológicas desse período anterior à Segunda Revolta são, entretanto, reveladoras de uma situação muito mais mesclada e complexa do que se poderia esperar. Este é o caso dos manuscritos encontrados nas cavernas do deserto da Judeia.

Há diversos manuscritos desse período, inclusive relativos a uma judia chamada Babata, de interesse particular. Esses documentos referem-se a judeus, mas também a árabes nabateus, a romanos e a outros, em diferentes idiomas: nabateu, aramaico e grego (YADIN, 1962, p.235). Isso já parece indicar um relacionamento cotidiano entre pessoas de diferentes grupos e línguas, em diferentes províncias romanas vizinhas, judeus, árabes e outros. O arquivo de Babata revela o relacionamento amistoso de judeus e árabes (BOWERSOCK, 1985, p.56), assim como costumes judaicos pouco esperados, como a poligamia (ISAAC, 1992, p.71); ou monogamia sucessiva (KATZOFF, 1995, p.131), a ausência de recurso à corte de justiça judaica (ISAAC, 1992, p.65; LAPIN, 1993, p.130), o recurso à justiça romana (ISAAC, 1992, p.66), a surpreendente participação de judeus na administração romana (ISAAC, 1992, p.73-74), com referência a um *liblarios*, i.e., *librarius*, ou escrivão, bilíngue ou mesmo multilíngue), em uma verdadeira mescla (*mixture of legal systems*, (COTTON, 1999, p.230). Todas essas informações derivadas das descobertas arqueológicas relevam um quadro surpreendente e muito mais matizado e complexo do que aquele fornecido pela tradição textual, representada pelas fontes rabínicas e romanas. Na vida quotidiana, muitos judeus não deviam seguir as prescrições normativas rabínicas, ainda que nem por isso deixassem de se considerar judeus e de serem também assim considerados pelos outros. Isso deriva da contraposição das evidências arqueológicas às normativas (ILAN, 1993, p.262), da constatação de diferenças entre a massa do povo e as elites (SATLOW, 2010), além de outras muitas particularidades. A convivência entre judeus e não judeus, em particular, árabes, está bem atestada, assim como com outros súditos romanos. Por outro lado, a relação transcultural entre pessoas submetidas ao poder romano era mais intensa do que permite antever a leitura dos poucos relatos da tradição textual, em particular, de Díon Cássio, que escreveu muito mais tarde e já muitas décadas depois da expulsão dos judeus da região.

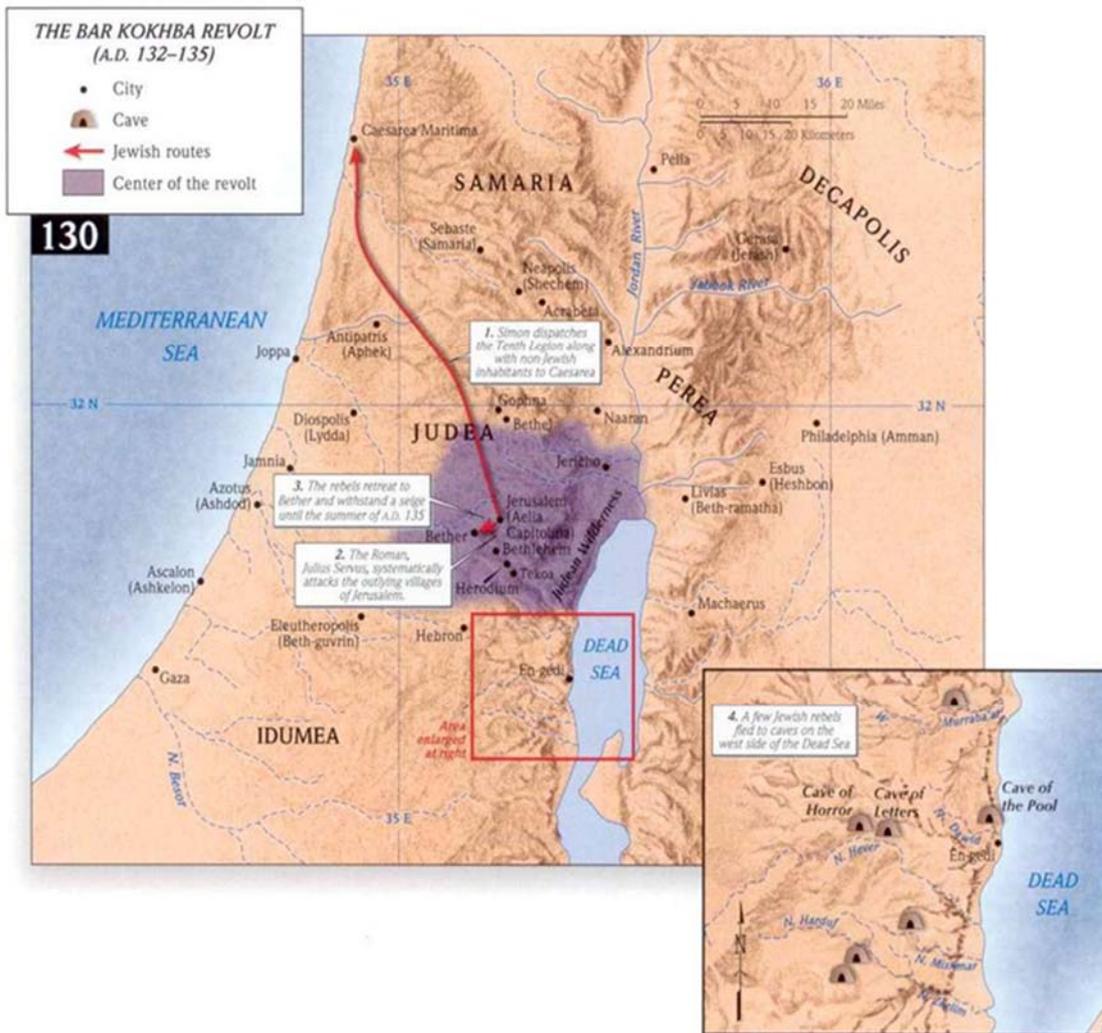


Figura 02: Sítio arqueológico associado à Segunda Revolta Judaica. **Fonte:** <https://alchetron.com/Bar-Kokhba-revolt>.

Os documentos de Babata mostram, entre outras informações, o uso de mais de um método de datação, à época: “No consulado de Lúcio Catílio Severo pela segunda vez e Marco Aurélio Antonino, no terceiro ano do Imperador César Trajano Adriano Augusto e de acordo com a era desta província, no dia 24 de Tammuz, ano 15” (i.e. 13 de julho de 120 d.C.) (Cf. YADIN, 1962, p.242).

Descobriram-se ainda outros manuscritos, como o de Salomé Komais (ILAN, 1992; 1993) e têm sido discutidas questões como a coabitação pré-marital (*symbios*), a capacidade de uma mulher divorciar-se (ILAN, 1998, p.204), a associação possível de uma mulher como *femme fatale* ou mesmo que assassina o marido (ILAN, 2012), assim como a possibilidade de identificar Júlia Crispina como judia, cidadã romana, princesa herodiana e *episkopos* (representante legal), proprietária em Engedi (ILAN, 1992). Tudo isso revela aspectos insuspeitados, por meio dos vestígios arqueológicos. Os manuscritos femininos mostram, talvez, a

importância para as mulheres de manter consigo documentos que provassem e garantissem seus direitos, como propõe Ilan (1997, p.759).

Da mesma forma, nesses documentos aparecem expressões como “para nosso senhor o imperador” (YADIN, 1962, p.246), ‘senhor imperador’ (COTTON, 1997, p.258), ‘fisco do nosso senhor’ (COTTON, 1997, p. 260, em grego) assim como a relação cotidiana entre soldados e civis também no contexto rural da Judeia (ISAAC, 1992, p.63).

Leo Mildenber (1980), ao analisar as moedas romanas encontradas com outras cunhadas no âmbito da Revolta de Bar Kokhba, estava convencido que isso provaria que Jerusalém teria mudado de nome para *Aelia Capitolina* antes da Revolta, a indicar que essa mudança estaria por trás da guerra, seria o *casus belli* (GIHON, 1986, p.20), ao sinalizar para os judeus que o Templo não seria reconstruído (GOODMAN, 2004, p.28-29), conforme uma provável expectativa. David Golan (1986, p.237) atribui a mudança de nome e as ações de Adriano em Jerusalém a uma política contrária aos cristãos, não aos judeus, mais isso não parece muito claro.

Quaisquer que tenham sido as motivações, convém, em seguida, tratar das evidências da Segunda Revolta, em si. Algumas informações da tradição textual não puderam ser confirmadas no detalhe e se foram, ou não, anteriores ao início das hostilidades. Este é o caso da suposta proibição da circuncisão, que não aparece confirmada em nenhum documento direto da época e indicaria não estar entre as causas prováveis da rebelião (LAPIN, 1992, p.127-128). Em sentido diverso, um diploma militar de 132 d.C., estudado por Ecke, Holder e Pangerl (2010), sugeriu aos autores que outras inscrições (CIL VI 1523; VIII 6706; XIV 3610) mencionem *expeditio Iudaica* para indicar a presença muito provável (ECK, HOLDER & PANGERL, 2010, p.198) do imperador no estágio inicial da guerra. Como Ecke (1999) já ressaltara, inscrições e monumentos atestam a extensão da revolta e a excepcional preocupação romana, que resultaria, caso único, na mudança posterior do nome da província de Judeia para Sírio-Palestina, com a obliteração do nome étnico (judaico, no caso). Uma estátua de bronze de Adriano e uma inscrição monumental provenientes de Tel Shalem atestam a importância dada pelo imperador à guerra (FOESTER, 1985). A primeira linha da epígrafe mede 41 cm de altura e a inscrição toda, na reconstituição de Ecke, mede impressionantes 11 metros de largura (136 d.C.) (Cf. Figura 03: Reconstrução em desenho do arco do triunfo de Adriano perto do campo da Sexta Legião em Tel Shalem).

Imp (eratori) Cae [s (ari) divi T] ra [iani Par-]th [i] ci f (ilio) d [lvi Nervae NEP (Oti) Tr] Aiano [Hadriano Aug (Usto)] pon [t] if (i) m [ax (imo), Trib (unicia pot (estate) XX ?, imp (eratori) I] I, co (n) s (uli) [III, p (atri) p (atriae) S (enatus) P (opulus) q (ue) R (omanus)?]



Figura 03: Reconstrução em desenho do arco do triunfo de Adriano perto do campo da Sexta Legião em Tel Shalem (GERGEL, 2005), segundo o Museu de Israel, Jerusalém. **Fonte:** <https://followinghadrian.com/2014/10/30/the-inscription-dedicated-to-hadrian-from-the-tel-shalem-arch/>

As moedas emitidas pelos revoltosos são bem conhecidas e muito reveladoras. Elas foram batidas em cima de moedas romanas, algumas vezes identificáveis, e pretendiam, portanto, substituí-las. Em seguida, usavam letras hebraicas arcaicas e parecem indicar (COTTON, 1999, p.221-225) uma política de restauração do uso cotidiano do idioma, ainda que um manuscrito da revolta deixe claro que nem todos o dominavam, mas que alguns dos revoltosos sabiam melhor o grego (COTTON, 1999, p.228), como era o caso de um tal Hermas (GIHON, 1986, p.40). Segundo Gihon (1986), tal nome pagão não conviria a um judeu. Mas, de duas uma: ou à revolta judaica juntaram-se não judeus (provável), ou judeus usavam nomes pagãos (também provável). O mesmo dilema está em como interpretar o nome de outro rebelde: Aeliano, nome latino, da família imperial reinante e relacionado à nova denominação de Jerusalém. Se Aeliano poderia ser judeu, árabe nabateu (MOR, 2016, p.389) ou de outra etnia, não é possível saber.

As moedas dos revoltosos e sua distribuição, estudada por Mildenberg (1980) permitem constatar a sua presença limitada, em termos de difusão geográfica: região de Hebrón e Heródium, com achados isolados em Qumran, Murabaat, Nahar Hever (estas três localidades situadas no Mar Morto) e Latrum. Não fica claro se os revoltosos tiveram controle sobre Jerusalém, na medida em que mesmo a expressão “em Jerusalém”, que aparece nos manuscritos, pode ser entendida como sinal de aspiração e esperança de domínio (COTTON, 1999, p.222), mais do que constatação de um fato. Para Gihon (1986, p.36):

Bar Kokhba estava tão imbuído com o princípio da defesa flexível que ele desistiu de Jerusalém, que teria demandado forças maiores para ser defendida, e recuou para a Judeia meridional (GIHON, 1986, p.36 - Tradução dos autores)⁷.

Parece mais seguro o controle de Heródium, talvez até o quartel general da revolta (LAPERROUSAZ, 1964, p.348), como indicam os vestígios arqueológicos, sede do tesouro (LAPERROUSAZ, 1964, p.350). De toda forma, outra grande evidência arqueológica são as cavernas do deserto, cujos vestígios atestam que teriam sido usadas pelos rebeldes apenas como refúgio (GIHON, 1986, p.39), mas teriam constituído uma base na fase inicial da revolta (ZAITSCHEK, 1961). Os revoltosos apresentam-se como “irmãos” (LAPIN, 1993, p.125), envolvem pessoas de diversas etnias e idiomas, e nos manuscritos não há ênfase em aspectos escatológicos ou rigores rituais. Segundo Tal Ilan (2001, p.176), durante a guerra muitas transações continuam sendo efetivadas dentro da normalidade.

Com isso, chegamos ao caráter messiânico, ou não, da Revolta. O messianismo *stricto sensu* deriva da tradição textual judaica posterior, que atribuiu ao rabi Akiva (50-137 d.C.) a identificação, equivocada, de Ben Kosiba com o Messias (Talmud Palestino, *Ta'anit* 4.5). No entanto, os manuscritos e as moedas não confirmam que o líder se colocasse como Messias ou que fosse assim identificado. Ele aparece como Simeon ben Kosiba, Príncipe de Israel. Ben, filho em hebraico, alterna com Bar, em aramaico, assim como *nasi*, príncipe, primeiro, presidente, em hebraico, foi associado aos termos “à liberdade de Zion” ou “redenção de Israel” (COTTON, 1999, p.223). Os rebeldes conseguiram criar instituições estatais próprias, com base na população rural da Judeia (MILDENBERG, 1980, p.327), com pesos e medidas próprios (ZISSU, 2006), e as moedas mostram temas como o templo e arca da aliança (que, ao que se interpreta, seriam recriados (WILFAND, 2009, p.528-536)) e itens cerimoniais, como *lulav* (ramo de palmeira) e *etrog* (fruta cítrica), usados na festa de Sucot (Tabernáculos), assim como cachos de uvas, guirlandas de oliveira, cornos, palmeiras, liras, vasos de uma ou duas alças. Aparece, às vezes, uma estrela acima do templo figurado, outras vezes uma roseta, ou mesmo uma cruz. Segundo Mildenberg (1980, p.315), nada indica que se faça referência à estrela do Messias, tradição inventada depois, ao denominá-lo Bar Kokhba, “filho da estrela”.

⁷ “Bar Kokhba was so much imbued with the principle of flexible defense that he gave up Jerusalem, which would have demanded major forces to defend it, and retreated into Southern Judea”

É fato que não há nenhum documento arqueológico da sua época, até hoje, que refira alguma pretensão messiânica ao líder Bar Kosiba, ainda que, claro, possam surgir.



Figura 04: Cunhagens da Revolta de Bar Kokhba. **Fonte:** <https://alchetron.com/Bar-Kokhba-revolt>



Figura 05: Cunhagens da Revolta de Bar Kokhba. **Fonte:** <https://alchetron.com/Bar-Kokhba-revolt>.

A supremacia romana impôs-se e as consequências para os judeus foram decisivas, com a dispersão da população judaica restante e a consolidação do judaísmo rabínico, que se difundira, em particular, a partir da destruição do templo em 70 d.C. Neste sentido, a revolta e seu desfecho foram decisivos, mas permanecem muitas incertezas, a começar pela transformação, ao que parece, de um líder rebelde em Messias e, depois, sua reinterpretação como Bar Boziba, “filho da mentira”, na literatura rabínica. A primeira caracterização prevalece no nome usado até hoje (Bar Kokhba) e deriva de autores cristãos posteriores, em particular de Eusébio (263-339; *História da Igreja*, 4, 6, 1-4). A informação judaica de que o rabino Akiba, contra a opinião de outros líderes religiosos da sua época, identificou o comandante rebelde com o Messias, parece demonstrar o engajamento pessoal de Akiba e sua aposta messiânica,

contraposta por outros, e que não parece ter encontrado respaldo no próprio Ben Kosiba. Para os cristãos, muito depois, essa identificação convinha para ressaltar a aporia da expectativa judaica de um Messias guerreiro, ante Cristo, o Messias de outro tipo que já tinha vindo (O'NEILL, 2000).

As descobertas arqueológicas, portanto, foram decisivas para questionar a recepção tradicional. Mesmo assim, as interpretações tanto da tradição textual como das evidências materiais dependem de contextos interpretativos de cada época, circunstâncias, ideologias e interesses. Isso é, às vezes explicitado, como em Tal Ilan (1993, p.255), sobre abordagem feminista, e também no estudo de Satlow (2010). Num primeiro momento, as descobertas arqueológicas, em particular nas primeiras décadas do período pós-guerra, foram fonte de inspiração para a noção de que os judeus podiam não apenas ficar na defensiva, como atuar, de maneira ativa, por sua independência (YADIN, 1962; GIHON, 1986; não por acaso, militares). Não havia ênfase no caráter messiânico, mas laico e militar. Nas décadas mais recentes, houve uma associação mais explícita entre a atualidade e a antiguidade (BOWERSOCK, 1985, pró-Palestina; GOODMAN, 2004, no qual se considera haver hostilidade romana aos judeus, contra a visão tradicional de aceitação da excepcionalidade judaica).

Abordagens mais recentes, no contexto pós-moderno, podem incluir o reconhecimento da subjetividade das perspectivas e sua ligação explícita com a compreensão das relações sociais hoje (como o feminismo (ILAN, 1993), ou a aceitação da diversidade no presente e no passado (SATLOW, 2010)). Permanece a importância da especialização (PORAT, ESHEL & FRUMKIN, 2006; ECK, HOLDER & PANGERLN, 2010), dos detalhes, na aparência, neutros, mas nem tanto, pois se pode relacionar as lanças ao espírito guerreiro judeu (PORAT, 2009) e a presença de Adriano à seriedade com que os romanos levaram em conta a revolta (ECK, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto até aqui, espera-se ter demonstrado que a feitura da História é permeada pelos interesses e demandas suscitados no tempo presente (FONTANA, 1998, p.10). O mesmo pode ser dito acerca da interpretação da cultura material, base fundamental da Arqueologia (TRIGGER, 2004, p. 131-142). São esses fatores, portanto, que fizeram com que as narrativas sobre a Revolta de Bar Kokhba adquirisse nuances tão distintas ao longo dos anos. Problematizar as propostas narrativas, averiguar a *estética persuasiva* (FUNARI, 2003, p.20) contida nos discursos (do presente e do passado), portanto, é uma prática salutar à História, em geral, e à História Antiga, em particular. Recolocado nesta condição, o estudo sobre a Antiguidade rejeita explicitamente a condição (que usualmente lhe é imputada) de um conhecimento conservador, aristocrático e distante de uma crítica social ao mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFÖLDY, G. *Die römische Gesellschaft*. Stuttgart: Steiner, 1986.
- AVI-YONAH, M. When did Judea become a consular province? *Israel Exploration Journal*, 23, 4, 1973. p.209-213.
- BAGATTI, B. Il Tempio di Gerusalemme dal II all'VIII secolo. *Biblica*. V.43, n.1, 1962. p. 1-21.
- BENARIO, H. *A commentary on the Vita Hadriani in the Historia Augusta*. Ann Arbor: The American Philological Association, 1980.
- BIRLEY, A.R. *Hadrian*. The restless emperor. London: Routledge, 1997.
- BOATWRIGHT, M.T. *Hadrian and the cities of the Roman Empire*. Princeton: University Press, 2000.
- BOWERSOCK, G.W. Palestine: ancient history and modern politics. *Journal of Palestine Studies*. V.14, n.4, 1985. p. 49-57.
- CARLAN, C.U; FUNARI, P. P. A. *Moedas*. A Numismática e o estudo da História. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapemig/Unifal/Unicamp, 2012.
- COTTON, H.M. The languages of the legal and administrative documents from the Judean Desert. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. n. 125, 1999. p. 219-231.
- COTTON, H.H. Land tenure in the documents from the Nabatean Kingdom and the Roman Province of Arabia. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, n. 119, 1997. p. 255-265.
- ECK, W. The bar Kokhba Revolt: The Roman Point of View. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 89, 1999. p. 76-89.
- ECK, W.; HOLDER, P.; PANGERL, A. A Diploma for the army of Britain in 132 and Hadrian's return to Rome from the East. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. v.174, 2010. p. 189-200.
- FOERSTER, G. A Cuirassed Statue of Hadrian. *IMN* 16. 1980. p.107-110.
- FOERSTER, G. A Cuirassed Bronze Statue of Hadrian. *Atiqot* (English Version), v. 17. 1985. p. 139-157
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FUNARI, P.P.A. *Antiguidade Clássica. A História e a Cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GALIMBERTI, A. Rassegna di Die Juden und das Römische Reiche. Geschichte einer konfliktreichen Beziehung, Ernst Baltrusch. *Aevum*, v. 78, n. 1, 2004. p. 200-202.
- GERGEL, R.A. The Tel Shalem Hadrian Reconsidered. *American Journal of Archaeology*. Vol. 95, No. 2. April, 1991. p. 231-251
- GIHON, M. New insight into the Bar Kokhba War and a reappraisal of Dio Cassius 68, 12-13, *The Jewish Quarterly Review*, 77, 1, 1986. p. 15-43.

- GOLAN, D. Hadrian's decision to supplant "Jerusalem" by "Aelia Capitolina". *Historia, Zeitschrift für alte Geschichte*, v. 35, n.2, 1986. p. 226-239.
- GOODMAN, M. Trajan and the Origins of Roman Hostility to the Jews. *Past and Present*. v.182, 2004. p. 03-29.
- ILAN, T. "Man born of woman..." (Job 14:1), the phenomenon of men bearing metronymes at the time of Jesus. *Novum Testamentum*, v.34, n. 1, 1992. p. 23-45.
- ILAN, T. Premarital cohabitation in Ancient Judea: the evidence of the Babatha Archive and the Mishnah (Ketubbot 1.4). *The Harvard Theological Review*. v.86, n.3, 1993. p. 247-264.
- ILAN, T. The provocative approach once again: a response to Adiel Schremer. *The Harvard Archaeological Review*, v.91, n.2, 1998. p. 203-204.
- ILAN, T. Julia Crispina, Daughter of Berenicianus, a Herodian Princess in the Babatha Archive: A Case Study in Historical Identification. *The Jewish Quarterly Review: New Series*, Vol. 82, No. 3/4 (Jan. - Apr., 1992), p.361-381.
- ILAN, T. Women's archives in the Judean Desert. In: *The Dead Sea Scrolls*, Ed. L. H. Schiffman, E. Tov, J.C. VanderKam, eds, Jerusalém, Israel Exploration Society, 2000. p. 755-760.
- ILAN, T. Witnesses in the Judean Desert. *Scripta Classica Israelica*. v. 20, 2001, 169-178.
- ILAN, T. Gender issues and daily life. In: *The Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine*, ed. C. HEZSER. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 48-68.
- ILAN, T. Babatha the Killer-Wife: Literature, Folk Religion and Documentary Papyri. In: *Law and Narrative in the Bible and in Neighbouring Ancient Cultures*. Klaus-Peter Adam, Friedrich Avemarie and Nili Wazana (Editors). Tübingen: Mohr Siebeck, 2012. p. 263-78.
- ISAAC, B. The Batatha Archive: a review article. *Israel Exploration Journal*. V. 42, 1/2 1999. p.62-75.
- ISAAC, B. *La política religiosa de Adriano y la Segunda Revuelta Judía*. In: COPETE, J.M.C; GRIJALVO, E.M. (Eds.) **Adriano Avgvsto**. Sevilla: Fundación José Lara, 2004. p. 139-151.
- KATZOFF, R. Polygamy in P. Yadin? *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. v. 109, 1995. p. 128-132.
- LAPERROUSAZ, E.M. L'Hérodiem, quartier general de Bar Kokhba? *Syria*, v. 41, n. 3/4 1964. p. 347-358.
- LAPIN, H. Palm fronds and citrons: notes on two letters from Bar Kosiba's administration. *Hebrew Union College Annual*, v.64, 1993. p. 111-135.
- MILDENBERG, L. Numismatische Evidenz zur Chronologie der Bar-Kokhba-Erhebung. *Schweizerische Numismatische Rundschau*, n. 34, 1948/49. p. 19-27.
- MILDENBERG, L. Bar Kokhba coins and documents. *Harvard Studies in Classical Philology*. v. 84, 1980. p. 311-335.
- MOMIGLIANO, A. "An unsolved problem of Historical Forgery: The Scriptorum Historiae Augustae". *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. Vol.17, No. 01/02, 1954. p. 22-46.

- MOR, M. *The second Jewish Revolt. The Bar Kokhba War (132-135 CE)*. Leiden: Brill, 2016.
- O'NEILL, J.C. The mocking of Bar Kokhba and of Jesus. *Journal for the Study of Judaism in the Persian, Hellenistic, and Roman Period*, v. 31, n.1, 2000. p. 39-41.
- PORAT, R.; ESHEL, H.; FRUMKIN, A. The 'Caves of the Spear': refuge caves from the Bar Kokhba Revolt North of 'En-Gedi. *Israel Exploration Journal*, v. 59, n.1, 2009. p.21-46.
- PORTO, V.C. "Imagens monetárias na Judeia/Palestina sob dominação romana". Tomos I e II. Tese de Doutorado apresentada ao MAE/USP. São Paulo, 2007.
- SATLOW, M.L. Marriage and divorce. In: *Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine*, ed. HEZSER, C. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 344-361.
- TRIGGER, B.G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
- WILFAND, Y. Aramaic tombstones from Zoar and Jewish conceptions of afterlife. *Journal for the Study of Judaism*, v. 40, 2009. p. 510-539.
- YADIN, Y. Expedition D, the cave of the Letters. *Israel Exploration Journal*, v. 12, 3/4, 1962. P.227-257.
- ZAITSCHKEK, D.V. Remains of cultivated plants from the Caves of Nahal Mishmar: preliminary note. *Israel Exploration Journal*, v. 11, 1/2, 1961. p. 70-72.
- ZISSU, B. GANOR, A. A lead weight of Bar Kokhba's administration. *Israel Exploration Journal*, v.56, n.2, 2006. p. 178-182.

Recebido em: 08/12/2017

Submitted in: 08/12/2017

Aprovado em: 02/01/2018

Approved in: 02/01/2018

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018
